

África contemporânea: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005)

André Luiz Reis da Silva*

Resumo: Este artigo analisa os condicionamentos históricos da África contemporânea, discute suas transformações e seus desafios no âmbito da segurança e do desenvolvimento, bem como as relações regionais e internacionais do continente. O pressuposto básico é que a África recente mostra sinais de procura de sua afirmação e autonomia, embora ainda persistam os resquícios do colonialismo.

Palavras-chave: África contemporânea, segurança, desenvolvimento e relações internacionais

Passados quarenta anos do processo de independência, a África parece ainda permanecer com os mesmos problemas e as mesmas dificuldades da década de 1960. Os meios de comunicação de massa mostram a África como se ela fosse uma série de acidentes e conflitos, pois apenas nestes momentos ela é subitamente lembrada. O “esquecimento” da África até recentemente também alcançava a pesquisa acadêmica que, com exceção de sérios e comprometidos pesquisadores, também projetava sobre o continente apenas as imagens do atraso, do exotismo e do pessimismo.

Dada a incipiente produção de conhecimento sobre a África no Brasil, pouco sabemos sobre o dinamismo e as alternativas das sociedades africanas, na busca de soluções para seus problemas e de sua reafirmação no cenário internacional. Sem a pretensão de esgotar o tema, este artigo visa problematizar a África na História contemporânea e verificar como o pós-Guerra Fria impactou o continente, bem como sua recente reafirmação no sistema mundial. O objetivo inicial é desenvolver a hipótese de que o continente africano não pode ser inteiramente responsabilizado por seus problemas nas décadas recentes, pois seu passado colonial, o neocolonialismo e a dependência externa continuam influenciando o continente. Entretanto, a África vem desenvolvendo estratégias para aumentar sua autonomia no sistema internacional e para superar seus problemas.

* Professor das Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA). Especialista em Integração Econômica pela Universidade de Leiden/Holanda. Mestre em História e doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Pesquisador de Relações Internacionais e História Contemporânea.

As independências e a situação neocolonial

As independências na África foram um importante marco na História mundial contemporânea. Trouxeram para o sistema mundial mais de 50 países independentes, que têm procurado influir neste sistema, buscando formas alternativas de desenvolvimento. Juntamente com os países asiáticos, formavam a maior parte do Terceiro Mundo e tinham a característica comum de sofrerem com o subdesenvolvimento e com o passado colonial recente. Estes Estados foram incorporados a ONU e trouxeram um novo perfil à Assembléia Geral, ao introduzirem novos temas e novas demandas de transformação do sistema internacional.

Os países afro-asiáticos também tinham mecanismos próprios de articulação. Em 1955, ocorreu em Bandung (Indonésia) a primeira Conferência Afro-asiática, patrocinada por Indonésia, Índia, Birmânia, Paquistão e Ceilão, com a participação total de 29 países. Nesta reunião, considerada o marco do terceiro-mundismo e do não-alinhamento, foi lançada a Carta de Bandung, um documento de dez pontos que reivindicava a autodeterminação dos povos e criticava o racismo e o colonialismo. Inicialmente patrocinado pelos asiáticos, esse movimento colaborou para a descolonização africana que já vinha ocorrendo.

Em 1961, realizou-se em Belgrado (Iugoslávia), a Primeira Conferência dos Países Não-alinhados, que convergiam na busca de um caminho próprio nas relações internacionais. Tendo como principais articuladores Tito (Iugoslávia), Nasser (Egito), Nehru (Índia) e Sukarno (Indonésia), os participantes da reunião elaboraram as bases de sua orientação política. Eles rejeitavam a divisão do mundo em dois blocos feita pela guerra fria e postulavam uma nova ordem econômica internacional mais justa. O Movimento dos Não-Alinhados fez reuniões sucessivas, para aprofundar suas convicções políticas (luta contra o imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, racismo, bem como contra qualquer tipo de agressão ou dominação externa) e debater questões econômicas, como o preço das matérias primas, o desenvolvimento e a dívida externa. Diversos países africanos participaram destas atividades.

Na África, a maioria das independências foi conquistada na década de 1960. Somente em 1960, o “ano africano”, mais de uma dezena de países tornaram-se independentes. Na África inglesa, a descolonização teve um caráter em geral mais pacífico (ou menos conflituoso) do que na área de colonização da França, que tentava retardar o processo através de infrutíferas mudanças e tentativas de integração das antigas colônias, como a Conferência de Brazzaville, da qual nenhum africano participou, mostrando o caráter

unilateral da negociação francesa. Na África Austral, persistiram os bastiões brancos na África do Sul (sob o regime de segregação racial do Apartheid desde 1948), na Rodésia do Sul e nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique. A descolonização da África Portuguesa só ocorreu em 1974-1975, após um longo processo de luta armada, e depois da Revolução dos Cravos em Portugal.

As independências mostraram as fragilidades dos novos países, como as fronteiras herdadas do período colonial, o número insuficiente de quadros qualificados para ocupar postos na economia e na administração dos Estados Independentes, a situação neocolonial imposta pelas ex-metrópoles. O neocolonialismo caracteriza-se pela relação de dependência e pela manutenção da exploração dos países sub-desenvolvidos pelos desenvolvidos, numa relação de troca desigual. Constitui a condição a que a maioria das ex-colônias submeteu-se por tratados e acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou com os EUA, referentes à cultura, à economia e a acordos militares. Aos países africanos estavam destinadas as atividades econômicas do período colonial. Em 1990, dois terços dos 450 milhões de africanos continuavam a viver da terra, num quadro que mescla produção para subsistência e superexploração capitalista.

A retirada dos quadros de comando das ex-colônias provocou um vácuo de poder, enquanto as disputas por sua ocupação ocorriam entre grupos etno-linguísticos locais e grupos econômicos com interesses específicos. A herança das fronteiras deixadas pelos colonizadores não correspondiam aos recortes étnicos e históricos pré-coloniais. O primeiro grande teste da África independente centrou-se na questão da estabilidade das fronteiras, pois havia dificuldades para efetivar uma concepção pan-africana de Estados Unidos da África ou as federações ou semi-federações criadas pelas potências colonizadoras. Na Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, prevaleceu a tese da cooperação e não da integração entre os países. As incipientes organizações regionais, de expressão predominantemente inglesa ou francesa, desenhavam distintos projetos para a cooperação. Conforme Sombra Saraiva:

“Para as primeiras, a independência política conduziria naturalmente o continente à soberania econômica. Esse era o passo mais seguro em direção à cooperação e integração continentais. Para os países de expressão francesa, a manutenção de laços com a metrópole associando-se a seus interesses parecia uma boa forma para alcançar a gradual integração continental”¹

¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. Cooperação e Integração no Continente africano: dos sonhos pan-africanistas às frustrações do momento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, N. 36 (2), 1993, p. 33.

A questão era que as colônias tinham recursos econômicos muito diferentes. As regiões com mais recursos não queriam associar-se com mais pobres, por exemplo, a Costa do Marfim que tinha plantações de cacau, produção de marfim e fácil acesso às rotas marítimas. Na África Equatorial, o Gabão (rico em petróleo e minerais) assumiu posição similar. Pouco importava se Nkruma do Gana, Senghor do Senegal ou Modibo Keita do Mali pensavam em unidades maiores. O fracasso das tentativas de consolidar agrupamentos políticos maiores durante os primeiros anos da independência africana foi, entretanto, compensado pelo notável sucesso na prevenção da desintegração das unidades territoriais básicas criadas durante o período colonial. Assim, embora presenciando diversas guerras separatistas (do Congo/Zaire, da Nigéria, do Sudão entre outras), os países africanos conseguiram em grande parte manter suas unidades territoriais.

As análises superficiais sobre os conflitos africanos reforçaram o clichê de explicar a instabilidade política da África como centralmente oriunda das fronteiras herdadas do colonialismo, que seriam “fronteiras artificiais”. Primeiro, o conceito de “fronteiras artificiais” deve ser problematizado. Em História, o conceito de fronteira não-artificial perde sentido, pois todas as fronteiras dos Estados modernos foram historicamente construídas (e portanto poderiam ser diferentes), a partir de uma afirmação interna e externa, normalmente com o recurso da violência na sua definição.

Segundo,, as fronteiras africanas foram em grande parte, herdadas,de fato, do colonialismo, porém a implantação das fronteiras coloniais resultou quer de acordos com chefes políticos africanos que tinham uma região sob seu domínio, quer da luta colonialista contra os povos de diversas regiões que não queriam estabelecer os acordos ou que a eles se impunham. A implantação colonialista européia na África não conseguiu, portanto, anular completamente a realidade africana preexistente. Assim, as fronteiras africanas atuais são o resultado de complexas interações entre as estruturas estatais, étnicas e territoriais africanas preexistentes, das transformações provocadas pelo imperialismo e das próprias opções tomadas pelos novos governos africanos quando da Independência. Conforme Wolfgang Dopkce,

“Os Estados pré-coloniais tinham, na sua composição e estrutura, as mesmas características [multidão de etnias diferentes]: cortavam através de suas fronteiras, grandes regiões culturais e lingüísticas e não se distinguiam pela homogeneidade étnica. Nesse sentido, a fronteira moderna na África parece até menos ‘artificial’. A multiethnicidade e as culturas e etnias politicamente

divididas representam uma forte tradição africana desde a época pré-colonial, sobrevivendo até os dias atuais”²

As principais fontes de instabilidade política da África, que resultou em conflitos, não se originam na disputa de “fronteiras étnicas”, mas nos interesses geopolíticos e geoeconômicos, tanto localizados, como potencializados por interesses estrangeiros. Conforme Samir Amin, os povos da periferia, separados por fronteiras na maioria dos casos arbitrárias e artificiais, não constituem muitas vezes nem uma nem várias nações. Constituem uma ou várias etnias em momentos diversos de agregação e desenvolvimento, em processo de formação nacional. O *problema* da fusão de etnias em nações, nas sociedades periféricas, mostra o caráter extrovertido da formação desses países, nos quais a burguesia e as elites tradicionais, ligadas aos agentes imperialistas externos, formam uma economia desarticulada internamente. A dominação internacional reflete-se na estruturação interna desses países dependentes e, “as lutas de classes manifestam-se freqüentemente como lutas étnicas, podendo, pois, ser manipuladas do interior e do exterior por classes reacionárias e forças imperialistas”³ A divisão dos países em unidades menores, cada uma com uma etnia, não resolveria o problema básico do sub-desenvolvimento, da superexploração do campo, da dependência externa nos países africanos e das enormes fraturas sociais nestas localidades.

Depois da descolonização, a África foi o continente com o maior número de conflitos armados, desde 1955, apenas um quinto dos países africanos - Tunísia, Costa do Marfim, Benin, Guiné Equatorial, Gabão, Botswana, Malawi e Madagascar - não vivenciou conflitos armados,. Destes, a maioria foram conflitos internos , principalmente levantes contra o regime no poder. Embora muitos deles tivessem simpatia e apoio dos países vizinhos, raramente ocorreu uma guerra aberta entre dois países africanos. De cerca de 30 disputas fronteiriças ocorridas da descolonização até meados dos anos 1990, 25 não envolveram violência, mas negociações diplomáticas.⁴

Em pouco tempo também ocorreu uma verdadeira enxurrada de golpes militares (1965-1966), por exemplo, na Nigéria, Argélia, Zaire, Gana, República Centro-Africana, Alto Volta e Burundi. Em 1967, a maioria das novas nações africanas não estava mais nas mãos de legisladores eleitos, mas de regimes militares ou de governos civis autoritários. Em muitos casos, ante a latente pressão das forças centrífugas nestes jovens países, o exército constituía

² DOPCKE, Wolfgang. A vida longa em linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 42, vol. 1, 1999, p. 99.

³ AMIN, Samir. *Classe e nação: na História e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes editores, 1981, p. 149.

⁴ DOPCKE, Wolfgang. Op. cit., p. 100

a única organização com base nacional com possibilidade de garantir a preservação da integridade do país durante o período inicial da independência.

O imperialismo tardio e a descolonização da África portuguesa

Os portugueses mantiveram, no continente africano, um colonialismo antigo e prolongado. Foram os primeiros a implantar o domínio europeu na África, no século XV - época das grandes navegações. Foram também dos últimos a sair, lutando para prolongar ao máximo o imperialismo colonialista. O colonialismo português na África constituiu-se pelas colônias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Quando da descolonização, na década de 1970, Portugal consistia apenas em um país periférico e dependente (embora europeu), procurando manter o que considerava como uma de suas últimas possibilidades de ser uma potência. Nesta época, restavam apenas as lembranças do pioneirismo português nos mares, nos séculos XV e XVI, o qual montou um gigantesco aparelho colonial e comercial. No contexto europeu da década de 1970, o imperialismo colonialista e o fascismo salazarista português destoavam das novas tendências do capitalismo internacional, embora tivesse sentido sua existência pela manutenção dos bastiões brancos conservadores na África, representando uma resistência ao socialismo africano e ao movimento terceiro-mundista.

Desde o fim do tráfico de escravos, em meados do século XIX, o colonialismo português dedicava-se à exploração mineral e agrícola de suas colônias, bem como a fornecer mão de obra para as empresas mineradoras na África Austral. Nos seus territórios, os portugueses serviam também como intermediários de investimentos diretos de países e grupos imperialistas mais desenvolvidos, como alemães, belgas e ingleses, e, posteriormente, de empresas sul-africanas. A administração colonial portuguesa não procurou criar elites locais, nem desenvolver elementos de auto-governo assimilados. Conforme escreveria, na década de 1970, o historiador africano Joseph Ki-Zerbo: “poder-se-ia dizer que a colonização portuguesa é a colonização francesa sem a inteligência e a laicidade”⁵

Embora o governo português se proclamasse defensor da democracia racial e utilizasse o discurso do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, justificando o colonialismo com a idéia de que a obra “redentora-civilizatória” de construção de uma comunidade “afro-luso-brasileira” ainda não estava completa nas colônias africanas, o colonialismo português também foi erguido sobre um racismo evidente. Na Lei Colonial de 1930, o governo português dividiu a

⁵ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa América, volume 2, p. 272.

população em *indígenas* e *não-indígenas*, estes compreendendo os brancos e os negros assimilados, cerca de 3% da população. Em 1953, os assimilados receberam cidadania portuguesa, numa estratégia divisionista de cooptação de uma pequena elite educada nos moldes ocidentais. Nos anos 1960, enquanto ocorriam as independências das colônias inglesas e francesas (tanto negociadas como através de lutas de libertação), Portugal procurava resistir às pressões e manter as colônias. Neste contexto, surgem os movimentos armados de libertação das colônias portuguesas.⁶

Portugal vivia, na época das descolonizações, a ditadura salazarista do Estado Novo, um regime inspirado no fascismo, institucionalizado, em 1933, por Antonio de Oliveira Salazar. O regime salazarista sobrevivera à Segunda Guerra Mundial (permaneceu neutro na guerra) e recebera apoio internacional, como uma espécie de bastião anti-comunista tanto na península ibérica como nas suas extensões coloniais. A recusa em conceder independência às colônias africanas aumentou, a partir de 1961, a presença militar portuguesa na África, a qual não diminuiu com a ascensão, em 1968, de Marcelo Caetano ao poder português.. Em 1969, a maior parte do exército português estava mobilizada na África. Em 1972, este contingente atingiu a marca de 140 mil homens, comprometendo mais da metade do orçamento metropolitano com a rubrica “defesa e segurança”. Portugal beneficiava-se da OTAN, recebendo da aliança atlântica armamentos modernos que, a princípio, deveriam ser utilizados na defesa do território português.⁷

A escalada da guerra colonial, especialmente em Angola, foi um dos principais fatores de desgaste do regime do Estado Novo, levando à insurreição armada de 25 de abril de 1974, que deu início à “Revolução dos Cravos” e ao processo de descolonização. Neste episódio, oficiais portugueses de média patente derrubaram o governo de Caetano, provocando o ressurgimento de diversos grupos que disputavam o poder o que mergulhou o país num clima de agitação revolucionária. Com a Revolução dos Cravos, foram realizadas negociações para oficializar a independência das colônias africanas, as quais o governo português naquele momento pouco controlava. Encerrava-se um dos últimos remanescentes do fascismo do entre-guerras e do colonialismo imperialista.

Em Angola, a colônia mais importante para os portugueses, a descolonização foi um processo complexo e emblemático. Em 1956, foi fundado, por Agostinho Neto, o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola) de inspiração marxista e que buscava ampla base

⁶ LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole: Ásia e África. 1945-1975*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 100

nacional e popular, embora tivesse mais força nas zonas urbanas e no centro do país. Em 1962, foi fundado a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), dirigido por Holden Roberto. Sua base situava-se no Norte de Angola e tinha fundamentos étnicos e relações com o Zaire. Em 1966, um dissidente do FNLA, Jonas Savimbi, criou a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), cuja base de atuação estava no Sul de Angola. Os três grupos, além de lutarem contra Portugal, também lutavam entre si. Em 1971, a UNITA fechou um acordo secreto de colaboração com o comando português da Zona Militar Leste (ZML), a “operação madeira”, através da qual ajudou as forças armadas portuguesas no combate aos outros dois movimentos. Este acordo manteve-se até o início de 1974, quando recomeçaram os combates entre a UNITA e as forças portuguesas.

Em janeiro de 1975, os Acordos de Alvor formataram um governo de transição em Angola, estabelecendo um ministério paritário entre os três movimentos, bem como a realização de eleições. Com o reinício dos conflitos entre os três grupos, o processo eleitoral acabou não ocorrendo.. A FNLA e a UNITA uniram-se para combater o MPLA, que acabou vitorioso, com Agostinho Neto proclamando a República em novembro de 1975. A FNLA se desintegraria pouco tempo depois, restando à UNITA, apoiada pela África do Sul, China e EUA, o combate ao governo federal, que recebia apoio da URSS, de Cuba e dos demais países socialistas e de alguns governos africanos. O governo angolano teve de lutar por quase duas décadas até conseguir pacificar o país, após morte, em combate de Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002.

Os nacionalistas de Guiné Bissau e Cabo Verde fundaram, em 1953, um movimento de defesa da descolonização, o PAIGCV (Partido Africano para a Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde), dirigido por Amílcar Cabral, que, em 1963, iniciou a luta armada. Através de uma guerra popular prolongada, o PAIGCV paulatinamente conquistou o território, isolando os portugueses. Nem mesmo o assassinato de Amílcar Cabral, no início de 1973, impediu a declaração de independência, em setembro do mesmo ano. Em 1974, Portugal reconheceu o novo Estado. As ilhas de Cabo Verde ganharam, em 1975, o status de país independente de Guiné Bissau.

Em São Tomé e Príncipe, os nacionalistas fundaram, em 1960, o CLSTP (Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe) que agia na defesa da descolonização e da reforma agrária. Em 1972, o CLSTP foi transformado em MLSTP (movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) e realizou intenso trabalho de conscientização popular e articulação

⁷ KI-ZERBO, op., cit., p. 279.

internacional com os movimentos das outras colônias portuguesas, pelo qual chegaram a constituir a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). O MLSTP foi o movimento que negociou o processo de independência em São Tomé e Príncipe em 1975, após a Revolução dos Cravos.

Em Moçambique, o movimento de descolonização criou a Frelimo em 1962, que reunia diversas tendências, cujo programa defendia uma revolução popular socialista. Iniciada no norte do país, a guerrilha avançou paulatinamente no território, concentrando os portugueses ao sul, os quais sobreviviam graças à ajuda militar da OTAN. Em 1975, com a Frelimo já vencedora, assinaram-se os Acordos de Lusaka, que reconheciam a independência. O governo passou para o líder da Frelimo, Samora Machel, que implantou um modelo socialista de desenvolvimento. Além das dificuldades econômicas, Machel precisou enfrentar as ações da Resistência Nacional Moçambicana, Renamo, um grupo anticomunista apoiado pela África do Sul. Samora Machel morreu em 1986, num desastre aéreo, e foi sucedido pelo chanceler Joaquim Chissano. As lutas entre o governo e a Renamo devastaram o país.⁸

A descolonização portuguesa foi um dos fatos de maior importância na África negra nos anos 1970, com significados regionais e internacionais. Tradicionalmente, se considera que a Revolução dos Cravos foi a causa imediata das independências das colônias portuguesas. No entanto, também é importante refletir que dialeticamente as lutas anticoloniais contribuíram para a queda do regime salazarista em Portugal, perpetrado pelo próprio exército, desgastado na manutenção de um colonialismo agonizante. Dessa forma, os africanos, através de sua luta, contribuíram para as mudanças políticas ocorridas na metrópole.⁹

As ex-colônias portuguesas buscaram inspiração no marxismo e aproximaram-se do bloco socialista, entretanto estruturalmente não conseguiram fugir por inteiro à condição neocolonial na relação com as antigas potências européias. Embora as jovens nações africanas de “expressão portuguesa” tivessem como princípio o modelo socialista e procurassem aplicar um programa que envolvia nacionalização das empresas, reforma agrária, alfabetização em massa e grandes obras públicas, as dificuldades eram enormes. Além dos conflitos e dificuldades internas, o neocolonialismo (ou imperialismo sem colonização) manteve-se, na medida em que relegava às jovens e frágeis nações africanas o papel de economias fornecedoras de matérias-primas, numa situação de troca desigual. Para a esquerda mundial,

⁸ RIBEIRO, Luiz Dario. Descolonização da Ásia e da África. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 33, jan-jul 2003, p. 80.

tornava-se, porém, mais um exemplo da via socialista de busca da autonomia na luta contra o imperialismo. No contexto da Guerra Fria, significava a ampliação da presença soviética no continente africano.

A Guerra Fria e crise econômica na África

Os conflitos africanos foram alimentados pela Guerra Fria, pois a disputa sistêmica entre EUA e URSS buscava aliados na África. Vários países (como a França) mantiveram bases aéreas ou navais no Continente, reforçando o comércio internacional de armas. A mera presença da URSS e de seus aliados foi de grande importância para os africanos e sua relação com o mundo ocidental, configurando um importante espaço de barganha. A presença soviética na região, no entanto, estimulava os EUA a apoiar o regime ditatorial de Mobutu no Zaire, a guerrilha da Unita em Angola e o Apartheid na África do Sul.

A independência das colônias portuguesas provocaram, na África Austral, uma reviravolta na geopolítica regional na década de 1970. Após a descolonização da África portuguesa em 1974/75, formou-se um grupo de países de orientação progressista, denominado *países da linha de frente* (envolvendo Zâmbia, Angola, Botsuana, Moçambique e Tanzânia) cujo objetivo central era a crítica aos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, que também ocupava a Namíbia e, através dela, promovia ataques aos outros países da região. Com a ascensão, em 1980, de um governo negro na Rodésia (que então trocou o nome para Zimbábue), a África do Sul foi ficando mais isolada na região. Apoiados pela URSS, Cuba e outros países socialistas, os países da linha de frente tinham como objetivos a eliminação do Apartheid e da agressão sul-africana e o desenvolvimento das jovens nações africanas de forma independente.

No plano inter-regional, ocorreu a cooperação entre os africanos e os árabes, em especial após o choque petrolífero de 1973. A solidariedade dos países africanos à chamada questão árabe contra Israel e a participação de nove países da Organização da Unidade Africana na Liga Árabe contribuíram para essa aproximação. Enquanto o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (BADEA) financiava diversas ações no continente africano, os países árabes exportadores de petróleo tentavam atenuar o aumento de preços para os consumidores africanos. Em 1977, ocorreu a Conferência de Chefes de Estado da OUA e da Liga Árabe no Cairo, na qual foram elencados os princípios de não-alinhamento, de solidariedade afro-árabe e de condenação ao sionismo, ao colonialismo e ao apartheid. A

⁹ KI-ZERBO, op., cit., p. 280.

cooperação afro-árabe foi, entretanto, muito inferior em termos de recursos do que os países africanos imaginaram, e ainda sofreu as vicissitudes dos conflitos no Oriente Médio, que, muitas vezes, paralisaram os projetos de cooperação.¹⁰

Se estrategicamente o continente africano ganhava espaços e margens de manobra, na economia ressaltavam suas fragilidades. . Muitas oscilações na história econômica recente da África ocorreram devido às descobertas sucessivas de petróleo em alguns países, e às flutuações de seu preço no mercado mundial. Países como Líbia e Nigéria viram suas receitas crescerem em função da venda do petróleo. As crises do petróleo aumentaram as rendas dos países exportadores (incluindo também Argélia, Gabão, Costa do Marfim, Angola e Congo), porém para os países africanos que dependiam das importações de petróleo foram um verdadeiro desastre. A crise também atingiu os países exportadores, quando o preço baixou, pois não puderam manter seus orçamentos. Na Nigéria, durante esses anos, a renda per capita recuou a menos de um terço do patamar que havia atingido no começo da crise do petróleo. O endividamento externo alcançou enormes cifras. Em 1988, o serviço da dívida dos países africanos tropicais correspondia, em média, a 47% de suas exportações. As fontes quase únicas de empréstimos eram o FMI e Banco Mundial, que exigiam o ajuste estrutural nos moldes do neoliberalismo, através de privatizações, diminuição dos gastos do Estado e abertura econômica.¹¹

Ainda em 1981, o Banco Mundial lançou um documento conhecido como Relatório Berg. O objetivo deste relatório era defender a tese de que os problemas econômicos e de desenvolvimento na África tinham causas internas. Criticava profundamente os governos africanos, em especial aqueles que teriam incentivado a produção industrial em detrimento das políticas de proteção à agricultura, e o “excesso” da presença do Estado na economia. Praticamente inocentando as variáveis externas, o relatório concluía que a solução estava na substituição das “más políticas” pelas “boas políticas”. Era apenas uma questão de escolha racional. Na mesma época, os próprios governos africanos questionaram a leitura internalista e o estado-minimalista da crise africana. Em 1981, foram publicados os resultados do encontro de chefes de Estado africanos, ocorrido em Lagos. O Plano de Ação de Lagos descreveu a crise africana como uma série de choques externos, em especial a deterioração dos termos de troca, o pagamento do serviço da dívida externa e o protecionismo dos países

¹⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. Cooperação e Integração no Continente africano: dos sonhos pan-africanistas às frustrações do momento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, N. 36 (2), 1993, p. 38-39.

¹¹ OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 278.

desenvolvidos. A solução não estaria nas políticas de mercado, mas na capacidade de os Estados africanos mobilizarem recursos nacionais para a integração e cooperação econômica.¹²

Os anos seguintes foram de crise econômica e fome na África. Em 1985, ocorreu um novo encontro da Organização da Unidade Africana (OUA), em Adis Abeba, para discutir o tema, com o objetivo de preparar um plano de ação em conjunto com a ONU. Neste encontro, foi produzido um documento, o *Africa's Priority Programme for Economic Recovery, 1986–1990* (APPER), no qual os governantes africanos aceitavam a tese da responsabilidade interna da África nos problemas do continente. Eles concordavam em implantar as reformas liberais preconizadas pelo Banco Mundial, em troca especialmente da renegociação da dívida externa com a comunidade internacional e da promessa de busca de soluções para o problema da deterioração dos preços das matérias-primas. O neoliberalismo se afirmava no continente.¹³

Os custos da crise econômica mundial das décadas de 1970/1980 foram, em grande parte, repassados para o Terceiro Mundo. Os países ricos conduziram uma política de redução das importações e os países exportadores de matérias primas tiveram seus recursos diminuídos em virtude da queda dos preços e do volume das exportações. Os bancos privados com sede em países desenvolvidos e as instituições de crédito internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, elevaram as taxas de juros provocando uma explosão das dívidas externas. Para pagar o serviço da dívida, os países africanos tinham que exportar cada vez mais. Como eram exportadores basicamente de matérias primas e de produtos pouco elaborados, a oferta destes aumentou no mercado mundial, desvalorizando seu preço. Deve-se levar em conta também a revolução tecnológica e a conseqüente tendência à desvalorização de matérias primas. A década de 1980 representou, do ponto de vista econômico, a década perdida para a África, pela redução do PIB do continente e pela exclusão de regiões inteiras do mercado mundial. Nesse contexto, ocorreu a bifurcação do Terceiro Mundo. Enquanto os países do Leste Asiático (em especial os tigres asiáticos) cresceram a taxas elevadas, assistiu-se à estagnação e ao declínio econômico de amplas áreas da América Latina e do continente africano.

A África no pós-Guerra Fria

No final da década de 1980, os sinais do fim da Guerra Fria começaram a aparecer. Depois da derrota da batalha de Cuito-Cuinavale sofrida pelos sul-africanos para tropas

¹² ARRIGUI, Giovanni. The african crisis: World systemic and regional aspects. *New Left Review*, n. 15, maio/junho 2002, p. 07-08

cubano-angolanas, em 1988, os EUA e a África do Sul decidiram negociar a pacificação. Os Estados Unidos propuseram a retirada cubana em troca da independência da Namíbia (que era ocupada pela África do Sul e utilizada como ponta de lança para atacar Angola). Em 1989, os cubanos retiraram-se de Angola e da Etiópia e iniciou-se o processo de independência da Namíbia, concluído em 1990.

O fim da Guerra Fria também influenciou na queda dos regimes de partido único apoiados pelo Ocidente. Ocorreu a derrubada dos regimes marxistas ou, pelo menos, a conversão de parte de seus dirigentes ao liberalismo. O governo sul-africano promoveu a libertação do líder negro Nelson Mandela, em 1990, e o fim do Apartheid, em 1991.

O fim da Guerra Fria não trouxe, entretanto, solução para os conflitos e problemas africanos, pois representou para o continente a perda da importância estratégica e da capacidade de barganha. A África passou a sofrer os efeitos da marginalização e da desestrategização do continente por parte das grandes potências, que diminuíram a cooperação e os instrumentos de ajuda. Retirados os esteios que garantiam algum “equilíbrio” regional, desencadearam-se violentos conflitos, em grande parte “tribalizados”, carregados de forte conteúdo étnico, com armas menos modernas, com financiamentos privados (empresas multinacionais, senhores da droga, velhas elites oligárquicas) ou governamentais nacionais e internacionais.

Na década de 1990, ocorreu uma série de conflitos no continente africano: em Ruanda e Burundi, na Somália, na Libéria, Zaire, Serra Leoa e Nigéria, entre outros. Com dificuldades, a Organização da Unidade Africana criou forças de paz para barrar conflitos como na Libéria e em Serra Leoa. Entre as intervenções da ONU, ressalta a da Somália, em 1992, que tinha como objetivo “restaurar a esperança no Chifre da África” através da liquidação dos conflitos clânicos que ocorriam no país desde a queda de Siad Barre, em 1991. A operação, com elevado custo para a ONU e para os EUA, transformou-se em fracasso, quando estes tentaram capturar o General Mohammed Aiddid, líder da Aliança Nacional Somali. Após a morte de vários capacetes azuis, os EUA e a ONU negociaram, em 1994, sua retirada do país em troca de um piloto militar norte-americano que havia sido capturado. A crise na Somália persiste até os dias de hoje. A queda de Mobutu no Zaire, em 1997, teve um significado estratégico, pois privou a França de um importante aliado no continente, que apoiava as políticas ocidentais contra os governos progressistas.

¹³ Ibid., p. 09

A Libéria, com seus quase três milhões e meio de habitantes, é a república mais antiga da África Negra. Foi dirigida pelo ex-chefe de guerra Charles Taylor, de 1997 até agosto de 2003, quando ele foi substituído pelo vice-presidente, Moses Blah. Este país esteve mergulhado, de 1989 a 1997, em uma longa guerra civil, liderada por Charles Taylor, então chefe de um dos bandos armados. O conflito entre diferentes grupos guerrilheiros deixou milhares de mortos e exilados. Desde 1999, o regime de Taylor enfrentava a rebelião dos Liberianos Unidos pela Reconciliação e a Democracia, LURD, que neste ano alcançaram e cercaram a capital Monróvia. Em agosto de 2003, Taylor retirou-se do país, sob a proteção das tropas da União Africana.

As análises que explicam os conflitos e a violência pela mera existência de diferentes identidades étnicas religiosas e culturais obscurecem o caráter dinâmico e multifacético das identidades étnicas e a capacidade de muitos grupos étnico-culturais de conviver, pacificamente, em grande parte da África e do mundo. O discurso essencialmente “étnico” da crise esconde a atuação e a responsabilidade dos diferentes atores africanos e internacionais que, na luta por poder e recursos, instrumentalizam as identidades étnicas e culturais. Mascara também as profundas fraturas sociais herdadas do colonialismo e retro-alimentadas pelo neocolonialismo e pelas disputas das grandes potências.

O fim do Apartheid e a nova África do Sul

Em abril de 2004, foram realizadas as terceiras eleições federais na África do Sul desde que a elite branca do país negociou sua saída do poder, em 1994, depois de 46 anos de regime de Apartheid. Nesta ocasião, foi eleito presidente do país o líder da resistência negra, Nelson Mandela. Nesses dez anos, a África do Sul demonstrou a consolidação de um novo regime pós-Apartheid que, embora não tenha provocado as transformações esperadas no regime social vigente no país, tem sinalizado importantes mudanças com efeitos internos e internacionais, que de certa forma marcam a transição para uma reafirmação da África no sistema mundial.

Situada na rota comercial para as Índias e habitada por diversos grupos negros, a região foi colonizada, a partir do século XVI, principalmente por imigrantes holandeses (chamados bôeres ou africânderes), que desenvolveram uma língua própria, o africâner. Durante o século XIX, ocorreram uma série de conflitos entre os ingleses (que foram ocupando a região), os negros e os bôeres. Com os choques, os bôeres emigraram para o nordeste (em 1836), fundando duas repúblicas independentes, Transvaal e Estado Livre de Orange. A entrada dos ingleses no Transvaal resultou na Guerra dos Bôeres, que culminou

com a vitória britânica. A partir de 1911, a minoria branca, composta de africânderes e descendentes de britânicos, promulgou uma série de leis que consolidou seu poder sobre a população negra. A política de segregação racial do Apartheid (separação, em africâner) foi oficializada em 1948, com a chegada ao poder do Partido Nacional (PN). O Apartheid impedia o acesso dos negros à propriedade da terra e à participação política e os obrigava a viver em zonas residenciais segregadas, proibia, inclusive casamentos e relações entre pessoas de raças diferentes.

Na década de 1950, a oposição ao Apartheid ganhou força, quando o Congresso Nacional Africano (CNA), organização negra criada em 1912, deflagrou uma campanha de desobediência civil. O Massacre de Sharpeville, ocorrido em 1960, no qual a polícia matou 67 negros que participavam de uma manifestação, provocou protestos no país e no exterior. O governo declarou o CNA ilegal e prendeu, em 1962, seu principal líder, Nelson Mandela e condenou-o à prisão perpétua. Em maio de 1963, o Parlamento da África do Sul aprovou um projeto de Lei que previa a tortura dos detidos. Na década de 1970, a política do Apartheid recrudesciu. Uma série de leis classificou e separou os negros em grupos étnicos, na tentativa de confiná-los em territórios denominados bantustões.¹⁴

Com o fim do império colonial português na África (1975) e com a queda do governo de minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue (1980), o domínio branco na África do Sul entrou na defensiva. Em 1976, uma nova onda de protestos culminou com o massacre de Soweto. Na década de 1980, as pressões internas e internacionais aumentaram, pois o fim da Guerra Fria desestrategizava o Apartheid, e obrigaram o governo a iniciar algumas reformas.¹⁵ O fim do Apartheid na África do Sul foi um dos acontecimentos de maior impacto na África pós-Guerra Fria. A África do Sul, na década de 1980, experimentou o isolamento diplomático internacional devido à sua política racista de segregação interna. A crítica interna e internacional ao regime racista intensificou-se até que, com a posse de Frederik De Klerk na Presidência, em 1989, ocorrem várias mudanças no país. Em 1990, Mandela foi libertado e o CNA recuperou a legalidade. De Klerk revogou as leis raciais e iniciou o diálogo com o CNA. Sua política, criticada pela direita, foi legitimada por um plebiscito em 1992, no qual os brancos, os únicos que puderam votar, aprovaram o fim do Apartheid.

Inconformados com o avanço das reformas, líderes extremistas brancos fundaram, em 1993, a Frente Nacional Africânder (FNA). Mesmo com a resistência dos extremistas, De

¹⁴ KI-ZERBO, op., cit., p. 296-298.

¹⁵ DOPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do Apartheid: reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 41, vol. 1, 1998, p. 137-138.

Klerk convocou, para 1994, as primeiras eleições multirraciais para um governo de transição. Em abril de 1994, Nelson Mandela (que juntamente com De Klerk ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1993) foi eleito presidente da África do Sul. A aliança do Congresso Nacional Africano (CNA) de Mandela com o Partido Nacional (PN) de De Klerk viabilizou o primeiro governo multirracial do país. A transição negociada também foi criticada por organizações como o Partido Liberdade Inkatha, organização zulu, que disputava com o CNA a representação política dos negros sul-africanos.

O Governo de coalizão dirigido por Mandela enfrentou o desafio de restaurar as propriedades das famílias negras atingidas pela lei de 1913, que garantiu 87% do território sul-africano à minoria branca. Por não concordar com os rumos do governo, o Partido Nacional retirou-se, em 1996. A Comissão de Reconciliação e Verdade, criada em 1995 com o objetivo de promover a reconciliação entre os sul-africanos, não conseguiu maiores avanços. Leis abrangentes contra discriminação de raça, gênero e deficiência física e contra o uso de termos racistas pela mídia foram, entretanto, aprovadas em janeiro de 2000.

Em 1999, o vice-presidente Thabo Mbeki foi eleito para dirigir o país. As eleições parlamentares de junho de 1999 foram vencidas pelo CNA, que formou uma coalizão com o partido Frente Minoritária, assegurando dois terços das cadeiras da Assembléia Nacional. O Partido Nacional, que governou o país entre 1948 e 1994, disputou as eleições com o nome de Novo Partido Nacional (NNP). Thabo Mbeki assumiu a Presidência com o desafio de garantir a continuidade do regime democrático e reduzir as diferenças sociais entre brancos e negros.

As mudanças promovidas na África do Sul têm sido lentas, descontentando a maioria da população negra, que observa as riquezas do país ainda permanecerem concentradas nas mãos da minoria branca. O programa de governo tem como metas a transição gradual, respeitando a propriedade privada, as relações com as multinacionais e os interesses estrangeiros no país, bem como seguir algumas das metas do FMI e do Banco Mundial, como liberalização da economia e limitação de gastos sociais. Como resultado, aumentaram algumas desigualdades sociais. A participação dos negros na riqueza aumentou, porém beneficiando somente uma elite relativamente pequena (os chamados “buppies”). O desemprego sul-africano, cujos números oficiais apontam 30%, e a AIDS, com cerca de 5 milhões de soropositivos, demanda um esforço adicional do governo na execução de políticas públicas de emprego e saúde. A concentração das terras nas mãos dos brancos - base fundamental do regime colonial e do Apartheid na África do Sul - ainda permanece. O governo implantou um programa de reforma agrária que, com um orçamento limitado,

restituiu poucas terras aos negros. Nesse contexto, os conflitos rurais recrudesceram e, inclusive estimularam a formação, em 2001, do Movimento do Povo Sem-Terra.

Mesmo com a persistência desses problemas, a maioria da população apoiou o governo do CNA, fato foi demonstrado pela reeleição de Thabo Mbeki para a presidência do país, em abril de 2004. Nestas terceiras eleições democráticas na África do Sul, o CNA obteve cerca de 69,6% dos votos, um sucesso para o partido, que alcançara 66,4% nas eleições de 1999 e 62,6% nas primeiras eleições multirraciais, em 1994.

A África do Sul tem contribuído para a retomada do desenvolvimento africano e para sua melhor projeção internacional. A África do Sul pós-Apartheid representa peça chave no desenvolvimento africano, seja por sua projeção econômica e política, seja pelas expectativas geradas e efetivadas com o fim do Apartheid. O povo negro sul-africano venceu o Apartheid racial, conquistando direitos civis e políticos, mas ainda tem pela frente o enorme desafio de superar o Apartheid social e a pobreza, na luta pela garantia dos direitos sociais.

Considerações finais:

A nova diplomacia e o renascimento africano na busca da autonomia

A marginalização e a desestrategização da África ocorridas com o fim da Guerra Fria também marcaram uma nova etapa nas relações internacionais e no processo de desenvolvimento do continente. Ao mesmo tempo que o mundo passa por uma reorganização internacional no sistema pós-Guerra Fria, a África apresenta sinais de profundas transformações e novas tendências, no sentido de sua reafirmação, da busca de soluções e da construção de sua autonomia. O momentâneo desinteresse dos países desenvolvidos pela África, nos anos 1990, conferiu uma oportunidade para que ela se reorganizasse em bases mais autônomas. Essa autonomia alicerçou-se no relativo colapso da influência direta européia na África, em especial da francesa e na rearticulação regional africana provocada pela África do Sul e outros países-pólo do continente.¹⁶

No plano das relações internacionais, a África do Sul tem patrocinado importante inflexão, com significados regionais e internacionais. A nova diplomacia pós-Apartheid buscou construir parcerias regionais, ingressando na Organização da Unidade Africana e no Movimento dos Não Alinhados e estabeleceu parcerias em vários continentes, com destaque

¹⁶ VIZENTINI, Paulo. África: relações Internacionais e construção do estado-nação. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 33, jun-jul 2003, p. 89-117.

para China, Brasil, Cuba, Líbia, Índia. A África do Sul está articulada com o bloco econômico da África Austral (SADC) e tem promovido intensa cooperação econômica no continente., Salienta-se, no plano internacional, sua recente associação com o Brasil e com a Índia na formação do G-3.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) remonta ao bloco político de luta contra os países racistas (África do Sul e Rodésia), denominados Países da Linha de Frente, e seu bloco econômico, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADC), constituídos no final dos anos 1970. Os blocos não avançaram devido às guerras e à ausência da própria África do Sul, a economia mais forte da região. Com o fim do regime do Apartheid, no início dos anos 1990, ocorreu a adesão da África do Sul, o que impulsionou o desenvolvimento do bloco. Atualmente, são membros da SADC, cada qual com uma função, os seguintes países,: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botswana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malauí, florestas e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transportes, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo e as ilhas Seichelles também aderiram ao bloco. A SADC é considerada o maior bloco do continente africano, possui atualmente um PIB de cerca de 200 bilhões de dólares e uma população total de mais de 200 milhões de pessoas.

Em 2001, foi lançado o NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano), um plano de desenvolvimento do continente africano. Este plano caracteriza-se pelo vínculo entre democracia, governabilidade e desenvolvimento econômico; por uma abordagem diferenciada do FMI e do Banco mundial dos problemas africanos; por ter sido criado pelos próprios africanos. Ao propor uma nova base ideária de inserção internacional da África, o Plano retoma uma certa ofensiva diplomática do continente no debate sobre seu desenvolvimento.

No campo político, foi ratificada por 53 países do continente, em julho de 2002, a criação da União Africana (UA), que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA). Com o objetivo de aumentar a integração e a cooperação entre os povos africanos, este novo organismo foi dotado de um Conselho de Paz para tratar dos conflitos na região, ele tenta também propor a criação de um bloco econômico para promover o desenvolvimento dos países da região. No início de 2003, a União Africana tomou posição contrária ao ataque norte-americano ao Iraque, sem a aprovação do Conselho de Segurança. Percebe-se,

entretanto, um certo aumento da influência norte-americana na África Ocidental, através da concessão de bases para as operações militares dos EUA no Oriente Médio. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, ocorreu a valorização estratégica da África por parte dos Estados Unidos, o que poderá ser utilizado como elemento de barganha.

Assiste-se, pois, ao renascimento africano, através do processo de cooperação e reafirmação no sistema mundial. Embora persistam os conflitos, o neocolonialismo e o subdesenvolvimento, percebe-se a recomposição social e política no continente africano, através do processo de cooperação, reafirmação e procura de soluções negociadas, o que abre muitas possibilidades para seu desenvolvimento. Os povos do continente africano têm renovadas as suas possibilidades de reconstruir sua autonomia. Talvez esse continente seja a chave para a nova ligação sul-sul, para a superação da bifurcação dos anos 1980 e 1990 e para a união dos povos da América Latina, África e Ásia na luta por um mundo melhor.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGUI, Giovanni. The african crisis: World systemic and regional aspects. *New Left Review*, n. 15, maio/junho 2002, p. 05-36.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976.
- _____. *Classe e nação: na História e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes editores, 1981.
- BARRANZA, Hilda Varela. *África: Crisis del poder político. Dictaduras y procesos populares*. México: Nova Imagem, 1981.
- BERTEAUX, Pierre. *África: desde la pre historia hasta los estados actuales*. México: Siglo XXI, 1978.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo.
- CANEDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1986.
- CARRERAS, José Urbano Martinez. *África subsaariana. 1885-1990 del colonialismo a la descolonización*. Madrid, Sintesis, 1993.
- CHALIAND, Gerard. *Mitos revolucionários do terceiro mundo*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1977.
- CHALIAND, Gerard. *A luta pela África: estratégia das grandes potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COELHO, Pedro e SARAIVA, José.(orgs). *Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio*. Brasília: IBRI, 2004.
- DOSSIÊ BRASIL-ÁFRICA. *Revista da USP*, número 18, Jun/jul, ago 1993
- DOPCKE, Wolfgang. A vida longa em linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 42, vol. 1, 1999, p. 77-109.
- DOPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do Apartheid: reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 41, vol. 1, 1998, p. 132-160.
- GUIMARÃES, Samuel (Org.). *África do Sul: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2000.

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- ILIFFE, John. *Os africanos: História dum continente*. Lisboa: Ed. Terramar, 1999.
- JONGE, Klaas de. *África do Sul, apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez, 1991.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa América, 2 volumes.
- LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole: Ásia e África. 1945-1975*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- RIBEIRO, Luiz Dario. Descolonização da Ásia e da África. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 33, jan-jul 2003, p. 53-86.
- RODNEI, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- RODRIGUES, João Carlos. *Pequena História da África Negra*. São Paulo: Globo, 1990.
- SANTAYANA, Mauro. *Dossiê da Guerra do Saara. 2*. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- SANTIAGO, Theo.(org) *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- SARAIVA, José F.S. *A formação da África Contemporânea*. São Paulo: Atual, 1987.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Cooperação e Integração no Continente africano: dos sonhos pan-africanistas às frustrações do momento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 36 (2), 1993, p. 28-45.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Ciências & Letras*. Números 21 e 22, p. 115-172, 1998.
- STARUCHENKO, Gleb. *A opção Africana*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- TORRES, Adelino. *Horizontes do Desenvolvimento Africano: No limiar do Século XXI*. Lisboa: Editora Veja, 1998.
- UNESCO. *História geral da África*. São Paulo: Ática, 8 volumes.
- VIZENTINI, Paulo. África: relações Internacionais e construção do estado-nação. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 33, jan-jul 2003, p. 89-117.

PERIÓDICOS

Cadernos do Terceiro Mundo

Ciências & Letras (FAPA)

Revista África (USP)

Revista Afro-Ásia (UFBA)

Revista Brasileira de Política Internacional

Revista Estudos Afro-Asiáticos (UCAM)